

Malan acena com juro menor e nega controle sobre capital

Para ministro, câmbio livre reduz pressões por desvalorização e permitirá queda das taxas, que serão usadas para controlar cotações

economia - Brasil

Enio Vieira
de Brasília

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, acredita que a unificação das cotações do câmbio comercial e flutuante possibilitará a queda dos juros. A medida foi anunciada segunda-feira e entra em vigor na próxima semana. "Sem o regime de bandas, não há a expectativa de desvalorização que era um dos componentes para o cálculo das taxas. Portanto, em princípio, surge espaço para a redução", disse ontem, após encontro com industriais.

Malan voltou a negar que o governo esteja analisando mudanças mais bruscas como o controle sobre a saída de capitais ou o reescalonamento da dívida interna, de R\$ 360 bilhões. Segundo ele, a idéia é seguir os ajustes pontuais, a exemplo do que foi feito com a unificação do

câmbio e o aumento de limites dos bancos nas posições "vendidas em dólar" para diminuir as pressões pela desvalorização do real.

"Embora sem impacto expressivo, estas medidas serão tomadas ao longo dos próximos dias e semanas. É uma nova realidade a que a moeda brasileira precisa se acomodar", disse. "Mas não faz sentido que o Banco Central intervenha no mercado agora. Isso seria influir nas cotações, o que poderia ser uma sinalização de que o governo pretende estabelecer uma teto para o valor da moeda", acrescentou, lembrando que a intervenção ocorrerá nas políticas fiscal e monetária.

Também presente ao encontro, o ministro do Desenvolvimento, Celso Lafer, disse que o governo utilizará as taxas de juros prioritariamente como instrumento de política



Celso Lafer

monetária. A partir de agora, segundo ele, os juros perdem a função de atrair capitais para se tornarem uma âncora da estabilidade interna, sobretudo dos preços. "Também vamos estabelecer foros de discussão

junto às cadeias produtivas para saber quais os ajustes necessários nos preços relativos em cada uma delas", antecipou.

Ao contrário da exposição de Malan, as palavras de Celso Lafer não agradaram muito aos empresários. "Ele estava explicando porque as coisas não estão andando. Mas nós precisamos que as coisas aconteçam", disse Jorge Elias Zahran, presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul (Fiems).

"Seria um ministério combativo, que iria discutir em pé de igualdade com a equipe econômica. Mas esse não é o perfil do Lafer", observa Carlos Liboni, vice-presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp). As maiores queixas foram de que o ministro do Desenvolvimento falou muito sobre saídas de longo prazo e esqueceu das ques-

tões imediatas.

O presidente da CNI, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), entregou um documento com cinco reivindicações: aumento do prazo para recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); retorno da isenção de IPI para bens de capital; alíquota zero do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para exportações, hoje em 0,38%; melhoria no acesso ao crédito para exportações; e estabilidade da estrutura tarifária.

A expectativa é de que as propostas tenham a mesma acolhida da reivindicação sobre a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que foi elevada em novembro e, no mês seguinte, reduzida sob pressão do setor privado.

Lafer lembrou que uma mudança na área tributária será uma decisão de política econômica, que atual-

mente está centrada no ajuste fiscal. "Não estamos vivendo um período de facilidade para incentivos fiscais", afirmou. Ou seja, quem dá a palavra final nestes assuntos é o Ministério da Fazenda. Mas à pasta do Desenvolvimento e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) caberá o papel mais importante na fase pós-desvalorização do real: o estímulo às exportações.

"O estímulo será total às exportações. O setor ficará mais atrativo para os investimentos e as empresas voltadas ao mercado interno estão ganhando competitividade em relação aos importados", observou Malan, para quem a inflação será maior este ano, mas cairá no próximo ano. "Mesmo que haja uma acomodação de preços relativos, não permitiremos a volta da inflação", garantiu.